

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i21.528>

A INVENÇÃO DO ELDORADO MARANHENSE EM NARRATIVAS DE MIGRANTES NORDESTINOS (1930-1970): aportes teóricos metodológicos¹

THE INVENTION OF MARANHENSE ELDORADO IN NORTHEASTERN MIGRANT NARRATIVES (1930-1970): methodological and theoretical contributions

LA INVENCIÓN DEL “ELDORADO MARANHENSE” EN NARRATIVAS DE MIGRANTES NORDESTINOS (1930-1970): aportaciones teóricas metodológicas

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA
 Professora Doutora do Departamento de História e Geografia da
 Universidade Estadual do Maranhão -UEMA
milenagaldez@hotmail.com

Resumo: O estudo aborda a transformação do Médio Mearim, no Maranhão, com a chegada e a fixação de milhares de camponeses, homens e mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças, que se deslocam de outras áreas do Maranhão e de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará e Piauí, rumo a um suposto eldorado, nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960. Em quatro décadas, muitas práticas sociais e culturais são tecidas no cotidiano de trabalho e de vida de pessoas com múltiplas experiências, e a fronteira agrícola é superada. Finda o *tempo da terra sem dono* e inicia o *tempo da grilagem e da expropriação* de inúmeros trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Migrantes nordestinos. Eldorado. Terra. Experiência. Narrativa.

Abstract: This study is about the transformation of the Medio Mearim region, in Maranhão, upon the arrival and settlement of thousands of small farmers, men and women, elders, adults, young people and children, arriving from other areas on Maranhão and other northeast states mainly Ceará and Piauí's looking for a supposed Eldorado, mostly during the 1930s to the 1960s. In four decades several cultural and social practices are forged along with the daily work and life of people with multiple experiences, overcoming the farming frontier . The “no one's land era” comes to an end and then it begins a time of illegal land alienation and expropriation of countless small farm laborers.

Keywords: Northeastern migrants. Eldorado. Land. Experience. Narratives.

Resumen: Este estudio aborda la transformación del Medio Mearim, en Maranhão, con la llegada y predominio de millares de campesinos, hombres y mujeres, idoneos, adultos, jóvenes y niños, que se transportan de otras áreas del Maranhão y de otros estados de la region Nordeste, principalmente de Ceará y Piauí, en sentido a un hipotético eldorado, en las décadas de 1930, 1940, 1950 y 1960. En cuatro décadas, muchas prácticas sociales y culturales son formadas en el cotidiano de trabajo y de vida de personas con múltiplas experiencias, y la frontera agrícola es superada. Finaliza el *tiempo de la tierra sin dueño* e inicia el *tiempo de los invasores de tierras y de la expropiación de inúmeros trabajadores rurales*.

Palabras clave: Migrantes nordestinos. Eldorado. Tierra. Experiencia. Narrativa.

¹ Artigo submetido à avaliação em dezembro de 2015 e aprovado para publicação em maio de 2016.

Introdução

Analisar a configuração do Médio Mearim² entre 1930 e 1970 implica problematizar a transformação de um espaço com a chegada e a fixação de milhares de camponeses, homens e mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças, que se deslocam de outras áreas do Maranhão e de outros estados do Nordeste, principalmente do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco rumo a um suposto eldorado. Em quatro décadas, muitas práticas sociais e culturais são tecidas no cotidiano de trabalho e de vida de pessoas com múltiplas experiências³, ocorre o fechamento da *fronteira agrícola* e o eldorado se desconstrói, tornando-se faroeste. Finda o *tempo da terra sem dono* e inicia o *tempo da grilagem*⁴ e da *expropriação* de inúmeros trabalhadores rurais.

Em relação a esse espaço, a noção de eldorado, pertencente ao campo mítico, é acionada de modo direto ou indireto por ideias-imagens em narrativas orais de moradores do Médio Mearim. A adoção dessa categoria não implica a concepção de sua preexistência no campo das práticas sociais. Essa ideia-imagem difundida de modo explícito ou difuso em *teias migratórias*⁵, em discursos oficiais e em representações veiculadas na imprensa não

² A conformação espacial da atual microrregião do Médio Mearim não corresponde a sua variação, inclusive terminológica, ao longo do recorte temporal adotado. Opto por utilizá-la por trabalhar principalmente com municípios a ela atualmente pertencentes.

³ Nesta pesquisa, o conceito de experiência é pensado no sentido proposto por Thompson, como elemento estruturador da vida e da consciência social, que se realiza e se expressa, por exemplo, nos sistemas de parentescos e costumes. Conforme E. P. Thompson. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 189.

⁴ Compreendida neste estudo como prática de falsificação de títulos de propriedade e seus registros, bem como de registros de escritura de compra e venda sem a linhagem da transmissão, normalmente com a conivência de agentes vinculados à Cartórios Imobiliários e/ou a órgãos governamentais. CF: ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

⁵ Opto, como Frederico Croci, por utilizar o conceito/termo *teia migratória*, por compreendê-lo como ferramenta e metáfora mais propícia à abordagem das migrações. Conforme este autor, “por cadeia migratória entende-se o modelo que permite o estudo dos mecanismos que inibem ou permitem a chegada dos imigrantes ou a partida dos emigrantes – conforme o ponto de vista – incentivados e aconselhados por parentes, amigos e conterrâneos; no caso da assim chamada cadeia formal ou institucional, os mecanismos são disparados pela imprensa, a publicidade ou a propaganda feita por agentes contratados [...]. A elaboração do conceito de cadeia migratória remonta à sociologia dos anos 1950. A partir dos anos de 1960, contribuiu para a mudança de perspectiva dos estudos migratórios, valorizando o uso dos documentos pessoais na investigação e interpretação da dinâmica do êxodo [...]. Como já foi amplamente demonstrado, o modelo das cadeias apresentou problemas de ambiguidade e rigidez, que estão implícitos na artificiosa linearidade que a própria imagem da cadeia impõe. As pesquisas mais recentes, ao contrário, privilegiam a variedade e a variabilidade dos movimentos migratórios e, sobretudo, a multiplicidade dos destinos, emaranhados a tal ponto que, conforme sugere Fernando Devoto, ‘já se tornou necessário substituir a metáfora de cadeia pela de teia de aranha.’” DEVOTO, 1991, p.142 apud CROCI, Frederico. *As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Frederico; FRANZINA, Emília (Org.). *Histórias do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: EdUSP; FAPESP, 2010. p. 303-304. Croci assinala ainda uma outra reelaboração do conceito/termo (*redes sociais*): Das cadeias às teias de aranha, para chegar a um modelo que, nos últimos anos, adquiriu uma solidez cada vez maior, graças também à multiplicação dos estudos que fizeram uso dele: as *redes*. CROCI, op. cit., p.304.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

encontra propriamente uma correspondência real. É a partir de um cotidiano duro nos mundos do trabalho e na vida privada que homens e mulheres fixados no Médio Mearim tornam viável sua sobrevivência.

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, através de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração.

Em muitas narrativas de migrantes nordestinos a ideia-imagem do eldorado é elaborada através de elementos diversos, entre os quais sobressaem terra, água e o produto dessa confluência: fartura nas colheitas. Em outras, a promessa da bonança é representada⁶ como fábula. *A posteriori*, muitos elementos que perpassam essa construção são interpretados como míticos e a migração pensada como fruto da teimosia e da ousadia dos que afirmam que não tinham “precisão” de partir. Em outros relatos, o Maranhão é apenas mais um dentre as possibilidades que se apresentam ao sertanejo nessa temporalidade: o sul maravilha⁷, a Amazônia e a nova capital do país seriam outras rotas possíveis para quem tenta “escapar” ou busca melhorias.

A *memória social* constrói e desconstrói o mito do eldorado e é necessário pensar, portanto, seu processo de elaboração e ressignificação, atentando para elementos da história social dos narradores que permitem compreender a instituição de *memórias divididas*⁸.

⁶ Nesta pesquisa, utilizo o conceito de representação, conforme formulado por Roger Chartier, como “[...] esquemas de classificação incorporados sobre a forma de categorias mentais por cada grupo.” CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre as práticas e as representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17. Leitora atenta de Chartier, Sandra Pesavento assim sintetiza o conceito: “Representar é, pois, fundamentalmente estar no lugar de, é a presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que reloca uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.40.

⁷ Conforme Ângela de Castro Gomes, a expressão *sul maravilha* refere-se às possibilidades reais ou sonhadas oferecidas por essa região. GOMES, Ângela de Castro. *População e sociedade*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação 1808-2010). v. 4. p.58.

⁸ Alessandro Portelli conceitua, desse modo, *memória dividida*: “[...] quando falamos em memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária (no caso do meu estudo, memória migrante) pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa assumir a autenticidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de julho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.106.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Conforme Alessandro Portelli: “[...] um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada é, isto sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formulação simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.”⁹

Ao longo do recorte temporal adotado, o Brasil passa por diversas transformações, inclusive na sua conformação regional. O estado do Maranhão, durante parte do período estudado, é classificado pelo IBGE¹⁰, juntamente com o estado do Piauí, como uma região específica: Meio Norte em 1940, Nordeste Ocidental em 1945, sendo incorporado à região Nordeste somente a partir de 1950¹¹. Após a inserção oficial do Maranhão no Nordeste, o termo migrante ou imigrante nordestino¹² continua sendo largamente utilizado na documentação oficial, na imprensa e nas narrativas orais de migrantes e descendentes. A continuidade do uso da terminologia *migrante nordestino* como alteridade ao termo *maranhense* sugere a instituição de processos identitários que os nomeiam e classificam como distintos. Opto por incorporar essa classificação nesta pesquisa, sem engessá-la em uma dicotomia e sem tomar tais categorias como homogêneas. Entre maranhenses e migrantes nordestinos são perceptíveis multiplicidades de práticas sociais e culturais e de posicionamentos políticos. Em muitos momentos desta investigação esses sujeitos se distinguem, mas, em outros, suas diferenças se diluem e eles acionam identidades comuns, independentes do local de nascimento e dos costumes diversos.

1 Um espaço vazio na historiografia maranhense: configurando o espaço-tempo de estudo.

⁹ PORTELLI, op. cit., 2006, p.120-121.

¹⁰ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado em 1938. Conforme Ângela de Castro Gomes: “[...] deveria ser a instituição capaz de garantir respostas seguras e regulares a uma série de questões há muito recorrentes na história do país. Como era o território brasileiro? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam? Como viviam? Como trabalhavam? Como se movimentavam?”. GOMES, op. cit., p. 44-45.

¹¹ Vide mapa das divisões regionais do Brasil no Anexo I, FERREIRA, Marcia Milena Galdez. *Construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2015. Conforme os mapas, até 1960, a Bahia permanece separada do Nordeste, figurando na região Leste.

¹² Nas narrativas orais, nos discursos oficiais e na imprensa é mais comum o uso do termo imigrante para referir-se ao nordestino que se fixa no Maranhão. Opto pela expressão migrante pela distinção do seu significado atual em relação ao termo imigração, utilizado para referir-se ao deslocamento de pessoas de outras nacionalidades.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Em termos de ocupação e construção de espaço, a historiografia regional tende a pensar o Maranhão através de dois grandes processos: a frente litorânea e a frente pastoril¹³. A frente litorânea inicia-se com a ocupação dos franceses e, principalmente, portugueses no início do século XVII pela ilha de São Luís, em uma sociedade composta por brancos, índios e caboclos que vivem em torno de uma economia de subsistência. Desde meados do século XVIII, com as políticas pombalinas e a entrada maciça de escravos africanos, institui-se no norte do estado uma sociedade voltada para a agroexportação de arroz e algodão, com o acréscimo da agroindústria açucareira no século XIX.

A frente pastoril tem início provavelmente na primeira metade do século XVIII com a chegada de homens que guiam os caminhos do gado desde a Bahia, passando pelo Piauí e adentrando no sudeste da capitania do Maranhão, dotado de pastos bons para o gado. A historiadora Maria do Socorro Cabral¹⁴ assinala nessa área a constituição de uma sociedade do couro, notavelmente distinta daquela instituída no norte.

Outros espaços do Maranhão não se enquadram na distinção norte (agroexportação) e sul (pecuária) estabelecida por outros estudos. O centro, sudoeste e noroeste¹⁵ do estado apresentam processos distintos de constituição. Sua história é marcada pela experiência de índios, quilombolas e caboclos que vivem da lavoura, caça e coleta durante boa parte do século XX.

Convém ressaltar que a história do tempo presente no Maranhão conta com poucas abordagens. Antropólogos, sociólogos e geógrafos têm sido por muitos anos majoritários nas pesquisas desenvolvidas sobre os sujeitos e a ocupação/transformação desses espaços nas últimas décadas. Abordar a migração de nordestinos no Médio Mearim, portanto, implica pensar espaços e experiências ainda pouco analisados na sua historicidade. Tal

¹³ Segundo Maria do Socorro Cabral, o processo de ocupação do Maranhão deu-se a partir de duas frentes: a litorânea que se inicia em princípios do século XVII e caracteriza-se pela ação da Coroa Portuguesa, bem como de jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim. Nessa área que, grosso modo, corresponde ao norte do Maranhão, desenvolveram-se principalmente a agricultura de subsistência e a agroexportação. A frente de ocupação pastoril inicia-se posteriormente em princípios do século XVIII e caracteriza-se pela ação de particulares que, seguindo os caminhos do gado, percorrem o interior da Bahia e do Piauí até o sudeste do Maranhão, onde se fixam em uma região que passa a ser conhecida como Pastos Bons, pela boa inclinação ao desenvolvimento da atividade pastoril. CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado*. São Luís: EdUFMA, 2008.

¹⁴ CABRAL, op. cit.

¹⁵ A partir das décadas de 1950 e 1960 o sudoeste e o noroeste do estado do Maranhão passam a ser áreas de intensa migração. Na última região, realizam-se experiências de colonização dirigida. Cf. FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/pt-br.php>. Acesso em: 06 abr. 2011.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

discussão é imprescindível para dar visibilidade a uma região parcamente presente ou, por vezes, ausente nas construções identitárias regionais.

O referente Maranhão é normalmente pensado através de elementos, manifestações e discursos produzidos a partir das áreas de ocupação mais antiga. Escravidão africana, agroexportação, Athenas Brasileira¹⁶, bumba meu boi, religiosidades e práticas culturais afro-brasileiras, temas recorrentes na produção historiográfica, antropológica e sociológica local, ganham visibilidade como constituintes da identidade maranhense.

O Médio Mearim, localizado no centro do estado, tem contornos históricos e identitários distintos. Alguns elementos presentes nas áreas onde a conquista colonial e privada atua desde os séculos XVII e XVIII reaparecem ali. Mas o bumba meu boi e a poesia adquirem outras nuances, incorporando outros sotaques¹⁷ e experiências de camponeses e camponesas nordestinos fixados ou de passagem pela região entre as décadas de 1930 e 1970 com bagagem cultural própria: sanfona, cordel, técnicas agrícolas, usos alimentares e costumes sertanejos.

Os migrantes nordestinos, personagens pouco inquiridos na sua especificidade, estiveram presentes em outros tempos e espaços no estado do Maranhão. O recorte espacial e temporal proposto justifica-se pela temporalidade comumente acionada nas narrativas orais e pela transformação da área em termos demográficos, econômicos e culturais ao longo de quatro décadas. *Terras sem donos*, dotadas de bons invernos¹⁸, de abundantes palmeiras de

¹⁶ Segundo Dorval do Nascimento: “O epíteto Atenas Brasileira foi atribuído a São Luís em meados do século XIX, articulando representações formuladas por grupos sociais dominantes do Maranhão, em vista da importância do grupo maranhense de literatura romântica, em especial Gonçalves Dias. Tal imaginário parece ecoar o período de prosperidade econômica, quando os filhos das elites locais eram mandados estudar em Portugal. Ecoa também os esforços desses grupos em inserir a província, de forma diferenciada, no nascente Estado brasileiro”. NASCIMENTO, Dorval do. Entre dois tempos: representações de uma cidade - metonímia em *Vencidos e Degenerados* (1915), de Nascimento de Moraes, e *Os Tambores de São Luís* (1975), de Josué Motello. In: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus. *São Luís 400 anos: (con)tradições de uma cidade histórica*. São Luís: Café e Lápis/ Ed. UEMA, 2014. Ver também BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

¹⁷ “A denominação dos sotaques do Bumba meu Boi do Maranhão se faz, principalmente, pela origem regional/cidade e/ou instrumentos característicos. Além disso, a classificação baseia-se nas especificidades de ritmo, indumentária, instrumentos, passos e evolução da dança (círculos, semicírculos, ou fileiras simétricas) bem como nas contribuições de cada sotaque para a história do folguedo, que expressam sua relação com a tradição. [...] Os principais sotaques presentes na cidade de São Luís são: zabumba ou Guimaraes, ilha ou matraca, baixada ou Pindaré, orquestra. Esta classificação dos sotaques está disseminada na cidade, também é adotada pela imprensa e é a mesma usada pelos intelectuais, portanto ela é partilhada pelos analistas locais e pelo público.” ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Dinâmicas do Bumba meu boi maranhense: classificação em sotaques e participação do público. *Revista Olhares Sociais* – PPGCS – UFRB. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/2-Dinamicas-do-bumba-meu-boi-maranhense.pdf>

¹⁸ Categoria recorrente em narrativas de migrantes nordestinos e descendentes. Refere-se à abundância de chuvas. Como em boa parte do Nordeste Brasileiro não há diferenças de temperatura entre as estações do ano, chama-se inverno ao período chuvoso, normalmente mais ou menos coincidente com o primeiro semestre. Em algumas narrativas orais aqui analisadas há referências a um período chuvoso de outubro a julho no Maranhão.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

babaçu atraem e possibilitam a passagem e a fixação de um grande contingente de migrantes nordestinos e maranhenses. O acréscimo significativo de trabalhadores impulsiona a rizicultura e a coleta e quebra do coco babaçu nesse espaço/tempo.

A temporalidade das narrativas orais inicia-se comumente na rememoração do referente Maranhão com a chegada, a passagem e a fixação (décadas de 1930, 1940, 1950 ou 1960) do migrante e encerra-se com o fechamento da fronteira agrícola no Médio Mearim (final da década de 1960, início das décadas de 1970 e 1980, variando conforme o município). Priorizo a interpretação de experiências e representações referentes ao período de maior fluxo migratório e de maior disponibilidade de *terras sem dono* na região estudada (1930-1970), embora, em alguns momentos do texto, a narrativa histórica construída precise avançar brevemente sobre as décadas de 1970 e 1980, para sinalizar ao leitor o epílogo desta história, pleno de sangue, luta, estratégias de resistência e acomodação.

O Médio Mearim configura-se em eldorado para sertanejos nordestinos entre as décadas de 1930 e 1970. Como outros eldorados de outros espaços tempos, é construído e desconstruído nas narrativas orais de migrantes e descendentes: no século XIX, a borracha no Pará¹⁹ e na Amazônia²⁰, as terras nas encostas de serra no Ceará²¹ e em regiões do Piauí²²; no século XX, as cidades mineradoras do Mato Grosso²³ e as indústrias de São Paulo²⁴; e novamente na década de 1940, a Amazônia²⁵. A região central do Maranhão é, nas décadas de 1930 e 1940, a espacialidade dos bons invernos e de *terras sem dono* para retirantes de um Nordeste seco; nas décadas de 1950 e 1960, soma-se a essa característica natural, a alta produtividade de arroz e de outros gêneros agrícolas, que funcionam como elementos de atração em tempos secos ou chuvosos.

¹⁹ Vide CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2839>, e LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência. (1889-1916)*. Belém: Editora Açai; Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA); Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

²⁰ Vide WENSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Huctec; EdUSP, 1993.

²¹ Vide SANTOS, Martha. S. *Cleansing Honorwith Blood Masculinity, Violence and Power in the Blacklands of Northeast Brazil (1845-1889)*. Stanford: University Press, 2012.

²² Vide ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991e, DOMINGOS NETO, Manoel. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

²³ Vide GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais - Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2006.

²⁴ Vide FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

²⁵ Vide SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Esse processo de migração "espontânea"²⁶ não deixa muitos registros escritos, mas as narrativas orais constroem ideias-imagens que permitem vislumbrar várias nuances. Nas décadas de 1930 e 1940, longos trajetos se fazem a pé, com crianças pequenas e bagagens em lombos de animais. Nas décadas de 1950 e 1960, a maioria do percurso é feita em caminhões paus de arara ou mistos²⁷. A estrada de ferro São Luís-Teresina²⁸ também é utilizada por muitos migrantes, especialmente até Coroatá, mas trechos que não dispõem de estradas ou ferrovias dentro do estado do Maranhão são percorridos em lombos de animais. Nas décadas de 1930 e 1950, durante a ocorrência das grandes secas de 1932 e 1958, há referências na imprensa local à chegada de retirantes nordestinos em navio no porto da capital, São Luís.

²⁶ Utilizo o termo "espontânea" entre aspas para chamar atenção do leitor para elementos de expulsão e atração em jogo nos deslocamentos de homens e mulheres. Silva (1973) distingue três formas de colonização: a *espontânea*, com estabelecimento de grupos humanos com seus próprios recursos e livre iniciativa; a *dirigida*, que se processa com um mínimo de orientação oficial na escolha e na organização da área, não passando, talvez, de um simples direcionamento de fluxos migratórios; e a *planificada*, cuja implantação contaria com planificação oficial na escolha da área, na seleção dos grupos e em suas atividades econômicas. (apud ARCANGELI, 1987, p.14). Durante a seca de 1877-1879 é provável que as três modalidades tenham coexistido nas migrações de nortistas para o Maranhão. Esse autor problematiza a espontaneidade das colonizações espontâneas: "Há um tipo de colonização usualmente chamada de espontânea, para distingui-la da dirigida. O termo espontâneo refere-se ao colono, ao lavrador, que, antecipando-se ao dirigido ou acompanhando-o, ocupa as terras livres de fronteiras agrícolas, desbravando as matas e cultivando a roça, normalmente sob o título de posseiro, em sua relação com a terra. Sua colonização independe da interferência direta do Estado e sua organização econômica e social é fruto da livre iniciativa, sendo por isso chamada de espontânea. Mas esse termo é bastante questionável. A ideia de espontaneidade pressupõe ausência de pressão e condicionamentos, o que, logicamente, não vem a ser o caso do camponês migrante". ARCANGELI, Alberto. *O mito da Terra: uma análise da colonização*. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987. p. 13. Por entender que as migrações espontâneas ocorrem a partir de pressões específicas sobre os migrantes e que não se constituem em iniciativas desordenadas, mas contam com um mínimo de planejamento, optei por utilizar o termo migração "espontânea" (entre aspas) como estratégia para convidar o leitor a essa reflexão. Tal inferência, porém, não busca engessar as escolhas e táticas que se operam nos percursos traçados. Embora os movimentos de partida e fixação não sejam propriamente "espontâneos", cabem sempre aos sujeitos espaços de manobra para idas e vindas, para novos deslocamentos ou para a fixação em uma espacialidade específica.

²⁷ Mistos são caminhões com estrutura similar ao pau de arara que transportam pessoas e mercadorias. Uma das narradoras, natural de Viçosa no Ceará, que chega a Pedreiras em 1958, por exemplo, faz boa parte da viagem num misto, que transportava "meia carrada de gente e meia carrada de estrume de bode".

²⁸ Tem extensão de 454 quilômetros e liga as capitais do Maranhão (São Luís) e Piauí (Teresina). Durante o recorte temporal adotado neste estudo, conta com estações em Caxias- MA, Codó-MA, Coroatá-MA, Itapecuru-Mirim-MA e Rosário-MA, além de Teresina-PI e São Luís-MA. É utilizada por muitos migrantes nordestinos, especialmente no trecho Teresina-Coroatá. A estação de Coroatá torna-se porta de entrada do Médio Mearim para muitos migrantes, especialmente, para o município de Pedreiras. A estrada de ferro São Luís – Teresina foi construída por trechos. O primeiro, ligando Caxias no Maranhão até Flores, no rio Parnaíba, foi realizado em 1985. Na década de 20, os trilhos se estenderam até a capital maranhense. Somente em 1938, com a construção da ponte sobre o rio Parnaíba, que a estrada pôde ser prolongada até Teresina. Fontes: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1944-datas-abertura-trilhos/EFSLT-Estrada-Ferro-Sao-Luis-Teresina.shtml> e <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/sluz.htm>. Ver também: OLIVEIRA, Gilson Carlos Rangel de. *Estrada de Ferro São Luís – Teresina: o discurso do moderno sobre os trilhos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Apenas em um momento, durante a seca de 1930-1932, localizo uma iniciativa estatal de projeto de colonização voltado para retirantes nordestinos com a criação da Colônia Lima Campos no Médio Mearim. Nas décadas de 1950 e 1960, apesar de haver tentativas de apoio federal para efetivação de projetos de colonização envolvendo trabalhadores nordestinos, não há resposta positiva do governo federal para implantá-las. A maioria dos deslocamentos de nordestinos para a região central do Maranhão, ao longo das quatro décadas de estudo, constrói-se a partir de *teias migratórias* que propalam e atrelam camponeses e camponesas nordestinos. Notícias de chuvas, terras disponíveis e abundância de trabalho correm Nordeste adentro, trazendo sujeitos com práticas culturais e sociais muito distintas das de homens e mulheres nascidos no Maranhão que ali vivem ou que também se dirigem para essa região.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e o vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver como posseiros²⁹ estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. Nas décadas de 1930 a 1960, a região do Médio Mearim é a mais procurada, e a partir da década de 1970, as regiões do Pindaré e do Alto Tury passam a ser o principal destino de migrantes maranhenses que se embrenham nas matas fazendo abertura de novos *centros*.

A região de estudo é pontilhada ao longo do recorte temporal adotado por *centros*. Maristela Andrade e Murilo Santos³⁰ conceituam *centros* como “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta”. Distinguem-se dos povoados pela inexistência de uma ligação mais direta com a sociedade nacional, perceptível na ausência de representantes da Igreja, de chefes políticos, de delegados sindicais e de autoridades investidas de poder de polícia. O constante deslocamento é outra característica dos *centros*, que “[...] podem mudar constantemente no interior da mata, em função da grilagem ou de outros problemas tais como conflitos de família, disputas entre

²⁹ Conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida, utilizo o conceito de posseiro para ocupantes de terras devolutas: “pequenos produtores agrícolas que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por unidades de trabalho assalariado. Constituem-se em camponeses livres que abrem áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, a margem das grandes explorações agropecuárias. Mantém relações com os circuitos de mercados de produtos agrícolas (arroz, farinha, feijão) independentemente de plantation, agroindústrias ou projetos pecuários incentivados”. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. p. 290.

³⁰ Conforme ANDRADE, Maristela de Paula; SANTOS, Murilo. *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 31.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

líderes religiosos e outras questões³¹”. Os *centros* são concebidos por esses autores como espaços de autonomia e solidariedade:

No âmbito dos centros o convívio familiar ganha maior autonomia, baseando-se nos laços entre famílias e em regras de reciprocidade entre elas estabelecidas, enquanto nos povoados, a ligação mais direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local, determinaria a quebra dessa autonomia interna³².

A mobilidade e a busca da construção de um espaço de autonomia e solidariedade, característicos dos *centros*, “[...] expressam regras de deslocamento de populações intrínsecas às sociedades camponesas.”³³

Nas áreas de ocupação mais antiga do estado do Maranhão – como a região do Itapecuru –, as tensões entre proprietários e pequenos lavradores intensificam-se desde o primeiro quarto do século XX, quando a demanda por terras para cultivo se avoluma. Cobrança de foro abusivo, invasões propositais de roças de pequenos lavradores pelo gado de grandes fazendeiros, exigência de monopólio na compra do coco babaçu extraído nos limites das propriedades e grilagem são práticas que, desde a década de 1920, forçam o deslocamento de maranhenses e da primeira geração de descendentes de migrantes nordestinos rumo à *fronteira agrícola*. Maristela Andrade e Murilo Santos atribuem parte das transformações no campo e o deslocamento da chamada *frente maranhense* à intensificação da migração nordestina:

Ao penetrar no Estado do Maranhão, por volta de 1920, a frente de migração nordestina causa profundas alterações nos preços do aforamento da terra, já que aumenta bruscamente a demanda por áreas de cultivo. Os pequenos agricultores maranhenses, não resistindo ao pagamento de elevados foros, passam a migrar para áreas denominadas de terras livres. Tal migração, na verdade, já existia mesmo antes da chegada dos nordestinos, sendo acelerada e engrossada por eles rumo ao oeste³⁴.

No curso do recorte temporal adotado, *centros* passam a adquirir instituições mais complexas (escolas, capelas, sindicatos, etc.) e tornam-se povoados, muitos deles crescem demográfica, econômica e politicamente e transformam-se em municípios. Nesses espaços sociais, migrantes nordestinos e migrantes maranhenses autodesignam-se ou são designados pioneiros.

³¹ ANDRADE; SANTOS, op. cit., p. 32.

³² Ibid., p. 33.

³³ Ibid., p. 37.

³⁴ ANDRADE; SANTOS, op. cit., p.36.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Dentre as muitas diferenças envolvendo migrantes e nativos sobressai a tensão racial entre pretos e brancos, pois a maioria dos migrantes nordestinos se reconhece e é reconhecida como branca, assim como, por seu turno, a maioria dos maranhenses é apontada por aqueles como pretos na cor e índios nos costumes. Não logro sinalizar com precisão de que modo essa característica – o ser branco – atua direta ou indiretamente sobre a ação ou inação política acerca do deslocamento e da fixação maciça de migrantes nordestinos no Médio Mearim. Entretanto, se não houve uma política de apoio à migração, também não houve discursos ou práticas abertamente contrários a ela.

2 Documentação, percurso teórico e metodológico

Nas narrativas orais, principal documentação utilizada na pesquisa, muitos migrantes nordestinos salientam diferenças na cor da pele e nas práticas culturais em relação aos maranhenses. Atos violentos, uniões consensuais e religiosidades afro-brasileiras presenciados no Maranhão são narrados com estranhamento ou repúdio nas narrativas de migrantes nordestinos.

Desse modo, considero a noção de raça inexistente e arbitrária em termos racionais e biológicos, mas admito e problematizo sua presença e uso histórico, político e cotidiano nas relações estabelecidas entre pretos, índios, brancos e mestiços na região de estudo. A diferença de cor e de práticas culturais entre nordestinos brancos e maranhenses pretos, índios e mestiços é acionada recorrentemente nas narrativas orais de migrantes nordestinos e maranhenses. A noção de *branquidade*, proposta por Ruth Frankenberg é ferramenta útil para a compreensão de representações e tensões dos sujeitos que ocupam o Médio Mearim entre 1930 e 1970: "Assim, um dos desafios do exame crítico da branquidade está em nos atermos à irrealidade das raças, ao mesmo tempo em que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais."³⁵

Ao longo das quatro décadas estudadas, a referência à migração de nordestinos, na documentação oficial, é escassa e pontual. A documentação oficial consultada (mensagens de interventores federais e governadores, periódicos oficiais e documentos avulsos dos gabinetes

³⁵ FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p.308.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

de governadores do Maranhão e presidentes da República)³⁶ refere-se à migração de nordestinos em anos de seca (1932, 1951-1953, 1958) e ao final da década de 1950 e início da década de 1960, devido aos louros da rizicultura. Em outros momentos do recorte temporal, não localizo referências ao trabalhador nordestino e a projetos de colonização visando sua participação. Provavelmente, a afluência de verbas federais nos anos de seca insufla o retorno à discussão dessa mão de obra normalmente elogiada e desejada para os ditos “espaços vazios”³⁷, férteis e inexplorados do Maranhão, onde figura o Médio Mearim.

Consulto ainda jornais locais das décadas de 1930 a 1950, nos anos coincidentes com a ocorrência de secas no sertão do Nordeste: 1932, 1940, 1951-53 e 1958. A incursão pela imprensa não visa a um levantamento exaustivo e rigoroso de todo o período abordado. Busco, principalmente, mapear representações construídas e veiculadas sobre o migrante nordestino, visando esboçar um possível conjunto de ideias-imagens acerca desses sujeitos que circulam entre moradores da capital e de outras áreas do estado do Maranhão. Não pretendo realizar um estudo detalhado e aprofundado dos articulistas e do público leitor, objeto que foge aos propósitos do tema estudado. Tampouco pretendo “captar o ocorrido” na imprensa, mas inferir representações construídas através de “imagens parciais, distorcidas e subjetivas.”³⁸

Na imprensa maranhense, durante as secas de 1932 e 1942, há poucas referências sobre a chegada e a fixação de migrantes. Em 1932, ano de instalação da Colônia de Retirantes de Lima Campos, circulam algumas notícias, a maioria delas favorável ao “acolhimento” dos migrantes nordestinos, referidos como patrícios e representados como bons trabalhadores, aptos para solucionar a necessidade de mão de obra no campo. Em 1942, durante o Estado Novo, as discussões veiculadas nos jornais locais voltam-se mais para a abordagem da necessidade de inclusão do Maranhão no polígono das secas. A busca de verbas federais desloca-se nesta década, portanto, das políticas de colonização, voltadas para o acolhimento e aproveitamento do retirante (Colônia de retirantes) para a tentativa de inserção

³⁶ A consulta à documentação avulsa do Gabinete da Presidência da República foi feita no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Os demais documentos citados foram consultados no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Nas Séries Gabinete do Governador e do Presidente encontram-se correspondências diversas, oficiais ou civis. Para os objetivos dessa pesquisa não localizei nessas séries elementos que possibilitassem investigar os problemas propostos.

³⁷ Referências à necessidade de ocupação dos ditos “espaços vazios” são comuns em várias partes do Brasil durante o recorte temporal trabalhado. Para mais informações, Cf. GOMES, op. cit.; SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007; e SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 40, 2007.

³⁸ Conforme LUCA, Tania Regina de. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p.112.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

do estado do Maranhão no polígono das secas. Os jornais da capital, São Luís, fazem inúmeras referências à ocorrência de seca em diversas regiões do Maranhão. O direcionamento de retirantes como ‘soldados da borracha’ na Amazônia³⁹ e a rediscussão dos limites do espaço designado polígono das secas, permitem compreender a mudança do enfoque na imprensa.

Nos anos de seca da década de 1950, as referências aos deslocamentos dos nordestinos e à necessidade de implantação de ações emergenciais ou de políticas de colonização direcionadas a esses sujeitos são imensamente superiores às décadas anteriores. O retorno à democracia no contexto nacional e o surgimento de uma imprensa combativa no cenário político local permitem a maior visibilidade das representações elaboradas sobre a migração e o trabalhador nordestinos.

Não localizei na documentação oficial e na imprensa posturas contrárias à passagem e à fixação do migrante nordestino nas terras férteis e “desabitadas” do Estado. Nessas fontes, a chegada de trabalhadores e trabalhadoras aparece muitas vezes como solução para a disponibilidade de terras e a necessidade de mão de obra. Novas pesquisas poderão inquirir se é o mero suprimento da mão de obra para terras livres agricultáveis ou o apoio a uma experiência “espontânea” de embranquecimento do caboclo que tornam compreensível o silenciamento ou a inexistência de discussão desse fenômeno. Este estudo, por sua vez, não oferece respostas incisivas a essa questão. A chegada dos migrantes, com exceção das reportagens veiculadas na Pacotilha em 1958 – que temem o aumento da criminalidade e repudiam esteticamente a presença de mendigos e pedintes em vários espaços públicos da cidade de São Luís, ante a chegada de muitas levas de retirantes de navio, trem ou caminhões –, não é representada de modo negativo. Se não há um apoio irrestrito à fixação desses trabalhadores, tampouco há referências contrárias. O que se espera é que os governos federais e estaduais controlem e dirijam esses deslocamentos para locais onde os retirantes possam ser assistidos e aproveitados como mão de obra. O apelo à caridade da população civil também figura nessa documentação.

Nas notícias veiculadas na imprensa e nas falas oficiais, percebo, muitas vezes, a apropriação da leitura euclidiana do sertanejo nordestino, representado como forte, bom trabalhador, corajoso e inventivo – apto a realizar a ocupação de “espaços vazios” e promissores do Brasil e do Maranhão. Entretanto, este estudo não prioriza pensar a migração nordestina de modo objetivo. Alguns elementos do percurso desses deslocamentos podem ser

³⁹ Vide Secreto, op cit.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

esboçados, mas importa, principalmente, discutir a experiência migratória enquanto subjetividade e pluralidade.

Pensar a experiência migratória na sua dimensão subjetiva tornou-se viável a partir da realização de 40 *entre/vistas*⁴⁰ com migrantes e descendentes, iniciadas em abril de 2010 na cidade de Pedreiras. Nessa ocasião, a abundância de descendentes e migrantes nordestinos dispostos a narrar sua experiência migratória e sua *história de vida*⁴¹ tornou perceptível a viabilidade dessa dimensão do projeto. Retornei à cidade de Pedreiras em fevereiro de 2011. Na primeira ocasião, foram realizadas cinco *entre/vistas*, na segunda oito, nas quais utilizei unicamente o gravador.

Ao ingressar no doutorado, percebi a necessidade de aprimorar leituras sobre migração, seca e História Oral para retornar ao campo de pesquisa. Em 2010, as *entre/vistas* circunscrevem-se à zonal urbana de Pedreiras, já em 2011 realizei *entre/vistas* também na zona rural, quando constatei o caráter preponderantemente agrário da migração.

Retornei a campo em junho de 2013, quando passei a filmar as *entre/vistas*. Com exceção de duas mulheres, os narradores não demonstram constrangimento diante da câmera – instrumento que se torna constante no trabalho, como o gravador. Os *entre/vistados* residem atualmente nos municípios de Bacabal, Lago Verde e Vitorino Freire, nas zonas urbana e rural. Dentre eles, alguns viveram em outros municípios do Médio Mearim durante o recorte temporal da pesquisa, como São Luiz Gonzaga e Lago dos Rodrigues.

Retornei a Pedreiras em dezembro de 2013. Além de novas *entre/vistas*, busquei narradores pertencentes à família dos primeiros *entre/vistados* nesse município em 2010 e 2011. Nesse ínterim, alguns faleceram e nem sempre localizei familiares disponíveis para *entre/vista*. A ideia de *entre/vistar* parentes baseia-se na percepção de que pais e filhos, irmãos e irmãs, marido e mulher podem ter lembranças e interpretações distintas e complementares do processo estudado e de que, portanto, a pluralidade de gerações e de gêneros enriqueceria o trabalho.

⁴⁰ O conjunto dos entrevistados foi composto por 18 cearenses, seis piauienses, 2 potiguares, 2 paraibanos, 5 maranhenses, 5 maranhenses descendentes de migrantes nordestinos e um estrangeiro (Frei Heriberto Rembecki). O perfil etário também é propositalmente variado: dois nasceram na década de 10, sete na de 20, 13 na de 30, 14 na de 40, 7 na de 50, um na de 60 e um na de 70.

⁴¹ Utilizamos *entre/vistas* de *história de vida* e temática, com um roteiro pré-elaborado e reestruturado ao longo do trabalho de campo. Priorizamos a abordagem das experiências de trabalho, da estrutura familiar e da experiência migratória dos narradores e narradoras, enfatizando elementos marcantes ou característicos de seus locais de origem (quando migrantes nordestinos) e de passagem e fixação no Médio Mearim. Essa opção metodológica possibilitou tanto a comparação de narrativas e experiências (Capítulo 3) quanto a interpretação de aspectos subjetivos e singulares em pequenas biografias de homens e mulheres (Capítulos 4 e 5).

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Nesse momento, percebi a necessidade de separar narrativas de homens e de mulheres em capítulos distintos, visto que camponeses e camponesas são igualmente responsáveis pelo sustento de suas famílias, mas narram a experiência migratória e a *história de vida* de modo distinto.

Durante muitos anos, a História Oral manteve-se circunscrita ao universo masculino. Por serem considerados sujeitos e intérpretes privilegiados do espaço público, os homens eram considerados narradores mais indicados. Nas últimas décadas, avultam pesquisas nas quais a memória feminina figura e ganha lugar de destaque. Joana Pedro aponta que o “recurso à memória feminina, não se explica por esta ser a guardiã privilegiada da memória da intimidade. Tanto a intimidade, quanto os acontecimentos da esfera pública fazem parte da sua memória.”⁴²

Nessa pesquisa, os relatos femininos remetem à vida privada e à esfera pública. Como donas de casa, mães, filhas, irmãs, professoras, quebradeiras de coco, autônomas, militantes narram caminhos e descaminhos traçados pelas experiências dos migrantes. Muitas interpretam os movimentos e as sociabilidades instituídas a partir do lar, mas não circunscrevem sua leitura a essa dimensão social e espacial da experiência: casamento, separação, nascimento dos filhos, trabalhos domésticos – muitas vezes imprescindíveis à reprodução de famílias camponesas –, gestão da economia familiar permitem-lhes construir ideias-imagens da lavoura, do extrativismo do babaçu, do comércio e do cotidiano dos mundos do trabalho e da casa.

Outras narradoras, diretamente envolvidas em parte ou na totalidade do sustento das famílias, atuam de modo incisivo na esfera pública como trabalhadoras – da roça, da caça, da coleta e quebra do babaçu, da educação escolar– e militantes, ocupando espaços muitas vezes atribuídos ao masculino. Na fala dessas mulheres, trabalho e lar também não se distinguem. Narrando o trabalho árduo ou a rotina e impasses dos movimentos de luta pela terra, remetem sempre aos filhos, maridos e pais, ao casamento ou à separação, à vida cotidiana na casa e na rua.

Tecidos através das fímbrias das janelas, dos passos ligeiros nas feiras e mercados, das salas de aula da educação básica, das assembleias de trabalhadores rurais, seus relatos costuram o público e o privado, permitindo adentrar em dimensões por vezes esquecidas ou negligenciadas pelas narrativas masculinas.

⁴² PEDRO, Joana. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

Em agosto de 2014 realizei outras cinco *entre/vistas* em Bacabal. Nesse momento da pesquisa, não buscava quantidade de *entre/vistados*, pois coincidências narrativas sinalizavam o ponto de saturação alcançado. Conforme o conceito de ponto de saturação formulado por Bertaux e reiterado por Verena Alberti.

[...] há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa. Quando isso acontece, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que se produz cada vez menos informação. Esse é o momento em que o autor chama de ponto de saturação, a que o pesquisador chega quando tem a impressão de que não haverá nada de novo a aprender sobre o objeto de estudo, se prosseguir as entrevistas. Chegando-se a esse ponto é necessário ainda assim ultrapassá-lo, realizando ainda algumas entrevistas para certificar-se da validade daquela impressão. O conceito de saturação, entretanto, só pode ser aplicado, segundo Bertaux, caso o pesquisador tenha procurado efetivamente diversificar ao máximo seus informantes no que diz respeito ao tema estudado, evitando que se esboce uma espécie de saturação apenas em razão do conjunto de entrevistados ser de antemão muito pequeno. Convém, pois, contar com entrevistados de diferentes origens que desempenham diferentes papéis no universo estudado, a fim de que várias funções, procedências e áreas de atuação, sejam cobertas pela pesquisa.⁴³

A multiplicidade do universo dos *entre/vistados*, envolvendo homens e mulheres com ocupação e posição social diversa, possibilita alcançar um ponto de saturação satisfatório relativo aos migrantes não envolvidos diretamente com a militância em torno da questão fundiária. Priorizei, a partir de então, narradores que tivessem envolvimento direto ou indireto com a luta pela terra na região do Médio Mearim. Desse modo, foram *entre/vistados* um frei franciscano, atuante nos conflitos e no seu apaziguamento, um pastor da Assembleia de Deus, uma militante da Ação Cristã em Meio Rural e uma moradora do povoado Aldeia, atacado duas vezes na década de 1980 – em 1985, por policiais a mando do Estado, e, em 1988, por pistoleiros a mando de grileiros. Um quinto *entre/vistado* foi escolhido pelo significado de sua trajetória, pois, como muitos migrantes da década de 1930, 1940 e 1950, deixa o Médio Mearim na década de 1960 em busca de outro propalado eldorado: os garimpos do Norte do país.

A experiência de campo e a seleção dos *entre/vistados* foram realizadas com o auxílio de mediadores localizados nos municípios do Médio Mearim. Em Pedreiras, Samuel Barreto, poeta e radialista, atuou nessa função em dois momentos. Por seu intermédio encontrei lavradores, poetas, jornalista, empresário, professoras e militantes. Conversando com cidadãos comuns nas ruas, nas casas de conhecidos (mães ou pais de amigos), lojas,

⁴³ BERTEAUX apud ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 174-175.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

mercados, restaurantes, hotéis e feiras, localizei lavradores, tropeiros, donas de casa nas cidades de Pedreiras, Bacabal, Vitorino Freire, Lago Verde, Trizidela do Vale, nos povoados de Alto Alegre do Acelino, São José das Verdades e nos *centros* Sítio Novo, Centro do Julião.

Através de ex-alunos, hoje colegas de profissão que atuaram na região de estudo, cheguei a um proprietário de terras em Vitorino Freire, aos freis franciscanos em Bacabal e a uma militante da ACR⁴⁴. Com a mediação de Marcos Ferreira⁴⁵, localizei o pastor que esteve à frente da Assembleia de Deus de Bacabal, de 1963 a 1996, e um tropeiro migrante piauiense que se estabeleceu em um povoado com grande número de evangélicos, nas proximidades desta cidade. As mediações foram fundamentais em municípios como Bacabal e Pedreiras em que, pelo contingente populacional, 110 mil e 40 mil habitantes, respectivamente, não é mais possível mover-se com precisão, pois muitos moradores já são desconhecidos uns dos outros. Nos povoados e cidades menores ainda é viável localizar bons narradores sem a presença de um mediador(a).

Na etapa final da pesquisa, localizei também a documentação escrita que possibilita visualizar a movimentação de migrantes maranhenses e nordestinos para o Médio Mearim. Através de freis franciscanos de Bacabal, cheguei aos livros de registros de casamento católico na Paróquia de São Luiz Gonzaga⁴⁶, a mais antiga da região, e à *Mala de Couro*, diário de uma desobriga, escrito no final da década de 1970 pelo frei franciscano Adolfo Tenme⁴⁷.

Os registros de casamento, onde foi possível localizar informações sobre locais de nascimento e residência de homens e mulheres que realizaram o matrimônio nas paróquias de São Luiz Gonzaga e Bacabal, dois dos principais municípios do Médio Mearim no recorte temporal adotado, possibilitaram construir séries quantitativas que permitiram visualizar por amostragem a mudança do perfil da população em idade adulta, residente na região em

⁴⁴ Animação dos Cristãos no Meio Rural. Com a ajuda de Guilhermina Aguiar, militante da ACR, tive acesso a documentos produzidos pela ACR, Sindicatos de trabalhadores Rurais, além de recortes de jornais e fotografias que utilizarei em futuras pesquisas.

⁴⁵ Professor de História e assessor da Secretaria de Juventude em Bacabal. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o movimento Gospel no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade-UFMA.

⁴⁶ A Paróquia de São Luiz Gonzaga abriga o acervo mais antigo dessa modalidade documental da região do Médio Mearim. Nela, localizei Livros de Casamentos datados deste a década de 1920, que registravam matrimônios de nubentes residentes em toda a área de estudo. Em 1940, é criada a Paróquia de São Benedito em Pedreiras, e, em 1943, a de Santa Teresinha em Bacabal. Utilizei no Capítulo 2 Livros de Casamento das décadas de 30, 40 e 50 da Paróquia de São Luiz Gonzaga, das décadas de 40 e 50 da Paróquia de Santa Teresinha, em Bacabal, e das décadas de 60 da Paróquia de São Francisco das Chagas, também localizada em Bacabal. A opção pelos Livros da Paróquia de São Luiz Gonzaga justifica-se pela antiguidade e abrangência da Paróquia, e a escolha pelas Paróquias de Bacabal, pelo conhecimento prévio da existência e organização desses arquivos. A localização e consulta tardia da documentação paroquial tornou inviável a busca e realização de coletas de dados quantitativos também na Paróquia de São Benedito em Pedreiras.

⁴⁷ TEMME, Frei Adolfo. *Mala de Couro*: diário de uma desobriga. Teresina: OFM, 2011.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

estudo. A partir deles foi possível estimar os principais estados e cidades focos migratórios ao longo das décadas de 1930 a 1970.

Desse modo, infere-se uma presença significativa de cearenses e piauienses nessa região. Nas décadas de 1930 e 1940, o Piauí tem o maior percentual e, desde a década de 1950, o Ceará passa a ser o maior fornecedor de migrantes. A movimentação dentro do estado do Maranhão também foi perceptível nessa amostragem, com um maior afluxo de homens e mulheres do Itapecuru, ao longo de todo o período, e do Baixo e Médio Parnaíba, a partir da década de 1940.

O imenso trabalho de revisão e tabulação dos dados constantes nesses Livros fez-se por dois motivos: por constituírem-se nos rastros escritos mais perceptíveis dos migrantes nordestinos e maranhenses, localizados nos quatro anos de pesquisa, e pela possibilidade do seu acompanhamento de modo mais contínuo ao longo das décadas abordadas.

Para obter uma tabulação mais precisa desses dados, contei com o amparo imprescindível de informações existentes nas Enciclopédias dos Municípios do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, publicadas no final da década de 1950 e início da década de 1960 pelo IBGE. Através desse material foi possível localizar povoados e municípios nem sempre bem definidos pelos escrivães.

O contato com o pesquisador Marcos Ferreira, membro da Assembleia de Deus de Bacabal, possibilitou o acesso a outro conjunto documental igualmente rico: cartas de mudança⁴⁸, documento expedido pelos pastores dessa Igreja, quando um evangélico planeja se mudar. Elas fazem uma espécie de apresentação dos fiéis, pelo pastor do local anterior de residência, ao novo pastor, do local de fixação. Através delas é possível visualizar também o deslocamento de homens, mulheres e famílias de evangélicos de outras regiões do Maranhão e de outros estados do Nordeste para o Médio Mearim. As cartas de mudança permitem desconstruir a prenoção de que os camponeses nordestinos são exclusivamente católicos. E, pela sua análise, visualizo outra multiplicidade. Em meio à fronteira agrícola sobre a qual avançam famílias camponesas figuram também diversas fronteiras religiosas: católicos, protestantes, praticantes da umbanda, pretos e brancos, nordestinos e maranhenses confluem ao Médio Mearim.

A inexistência de uma política de memória no Médio Mearim é concomitante a uma política de produção da amnésia. Não existem arquivos municipais e muitos acervos são

⁴⁸ A localização tardia desse conjunto documental inviabilizou sua análise quantitativa na pesquisatese, mas sua localização tornou imprescindível a referência a católicos e protestantes entre migrantes nordestinos. Pela exiguidade do tempo e pela maior importância numérica dos católicos, optei por priorizar a tabulação dos dados dos Livros de Casamento das Paróquias anteriormente citadas.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

queimados com ordem ou convivência do poder público. A luta contra o apagamento da memória é feita por indivíduos que, isoladamente, conservam documentos escritos em suas casas ou em sedes de instituições como a Paróquia de São Luiz Gonzaga, a Assembleia de Deus e a Ação Cristã em Meios Rurais de Bacabal. Na cidade de Pedreiras há também um esforço de preservar os jornais das três últimas décadas⁴⁹. A documentação preservada pelo trabalho de arquivistas amadores tornou possível coligir dados acerca da frente nordestina e da frente maranhense não contemplados pelas narrativas orais.

Entre migrantes nordestinos e seus descendentes transborda a vontade de rememorar suas *histórias de vida* e experiências migratória. Dois elementos parecem nortear ou tornam inteligível sua predisposição em rememorar: a alegria de encontrar ouvintes para histórias que muitos não valorizam e a necessidade de negar memórias legitimadas e difundidas no senso comum.

A possibilidade de escuta, o desejo e o interesse de afirmação de outras memórias viabilizaram meu encontro com narradores abertos à fala. A narração é um produto do presente e a vontade/predisposição de narrar é tecida, em grande parte, pela necessidade de reescrever a memória migrante. Alguns narradores incomodam-se com o peso da representação do retirante flagelado, outros afirmam sua identidade pioneira na construção do Médio Mearim, outros ainda primam por demarcar sua distinção em relação ao maranhense. Isso lhes sugere a narração.

A aplicação da metodologia da História Oral requer uma cuidadosa incursão pelo campo da *memória*. Conforme Bosi⁵⁰ (1994), na definição de *memória coletiva* formulada por Maurice Halbwachs,⁵¹ a memória não corresponde a um lócus onde o passado pode ser resgatado em sua forma pura, mas a um lugar onde este é (re)feito, (re)construído, já que as experiências vividas pelos sujeitos e grupos sociais entre o tempo do lembrado (passado) e o tempo do vivido (presente) performam as lentes através das quais o passado é (re)lido. As lembranças são, portanto, construídas a partir de uma sobreposição de temporalidades: presente e passado se entrelaçam na memória. “A lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado⁵²”

Halbwachs sublinha o caráter coletivo inerente ao processo de construção da *memória individual*: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas

⁴⁹ Infelizmente não houve esse esforço de conservação com os jornais que abrangem o recorte temporal da pesquisa.

⁵⁰ BOSI, Ecleia. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁵² HALBWACHS, op. cit., p. 93.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos [...]. É porque na realidade nunca estamos sós⁵³.”

Contudo, o processo coletivo de construção da *memória individual* não viabiliza a reconstrução literal da história e da memória de um grupo. Os grupos transformam-se com o tempo, relacionando-se com outros grupos, esfacelando-se e esfacelando consigo uma memória comum. Michael Pollak refuta a perspectiva durkheimiana, fundamental na conceituação de *memória coletiva* construída por Halbwachs, que concebe os fatos sociais como coisa e positiviza a coesão social como resultante afetiva e não coercitiva inerente aos grupos. A concepção de memória adquire, em Pollak, a perspectiva da violência simbólica: a *memória oficial* é pensada como opressora e silenciadora de múltiplas *memórias subterrâneas*. Na sua perspectiva,

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicado à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à Memória Oficial, no caso a memória nacional. Num primeiro momento essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio, e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.⁵⁴

Não concebo o conjunto das narrativas em estudo como uma *memória coletiva* do migrante nordestino. Considerando que, cotidianamente, os homens e as mulheres que *entre/vistei* assumem múltiplas identidades, onde nem sempre o ser migrante nordestino é majoritário. É notório, porém, que tais narrativas são *memórias sociais*, construídas e reproduzidas socialmente. Em muitos momentos, *memórias subterrâneas* afloram colocando-se em disputas inerentes aos processos de silenciamento a que são submetidas pela *memória nacional e regional*.

Nesse sentido, considero as memórias dos migrantes *memórias subterrâneas* quando permitem a reconstrução de suas experiências através de narrativas que, por vezes, se distanciam dos discursos veiculados na literatura, na produção acadêmica, na imprensa e nas

⁵³ Ibid., p. 27.

⁵⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, p. 2, 1989.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

falas oficiais acerca do problema da seca, onde a ideia-imagem de retirantes flagelados é recorrente. Em outros momentos, percebo aproximações entre as narrativas dos migrantes nordestinos e os discursos proferidos por agentes externos a tal experiência. Apropriações dos romances de 30, especialmente, *O Quinze*, de Raquel de Queiroz⁵⁵, e da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha⁵⁶, são perceptíveis em algumas narrativas. A imagem positiva do migrante nordestino como trabalhador almejado pelas autoridades públicas, ansiosas por resolver o problema da falta de braços na lavoura, é outro ponto de interseção entre a *memória migrante* e a *memória oficial*. Conforme Durval Albuquerque Júnior “O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos⁵⁷.”.

Intento, portanto, não construir uma separação rígida entre memória do migrante nordestino e memória do maranhense (muitos deles também migrantes dentro do seu estado de origem) ou entre *memória oficial* e *memória subterrânea*, pois, ao mesmo tempo em que as narrativas sinalizam disputas em torno da memória, há interstícios entre elas.

É interessante ressaltar que tal pesquisa faz-se em um momento propício à fala. O processo relativamente recente de redemocratização do Brasil, a expansão da educação, que leva as pesquisas a vários confins do país, e a constante presença de minorias no cenário político conclamam narrativas esquecidas ou silenciadas.

Na primeira metade do século XX, Walter Benjamin indica uma mudança fundamental, referente à narrativa e à transmissão de experiências:

[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável, a faculdade de intercambiar experiências.⁵⁸

Segundo Benjamin, a partir da experiência da Guerra Mundial, da qual os combatentes voltam mudos, a narrativa viria perdendo seu caráter utilitário de transmitir sabedoria como veículo do intercâmbio de experiências, na sutileza de quem, ao narrar, aconselha o ouvinte.

Percebo, nas narrativas de migrantes nordestinos e descendentes, semelhanças e distanciamentos em relação ao protótipo do narrador detectado por Benjamin como em vias

⁵⁵ QUEIROZ, Raquel. *O Quinze*. São Paulo: Siciliano, 1993.

⁵⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

⁵⁷ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *História*: a arte de inventar o passado. Bauru-SP: EdUSC, 2007. p. 230.

⁵⁸ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense: 2000. p. 197-198.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

de extinção. A vontade e a predisposição em lembrar sugerem a ausência de escuta nas comunidades e não a extinção do narrador. A dificuldade do exercício da faculdade narrativa pelos mais velhos, como meio de compartilhamento de experiência e de sabedoria às novas gerações, provavelmente, favorece a disponibilidade para *entre/vistas*.

São raras as *entre/vistas* realizadas sem uma plateia de ouvintes. Filhos, netos, sobrinhos e vizinhos normalmente sentam na sala e compartilham a escuta. Decerto a curiosidade sobre o pesquisador também atrai a plateia, mas é notório também um interesse despertado pela fala do narrador. As *entre/vistas* possibilitam, portanto, um espaço de compartilhamento de experiências e sabedoria, pois a presença do *entre/vistador* confere autoridade à fala do *entre/vistado* diante de uma audiência ordinariamente indisposta à escuta.

O uso da História Oral requer nítida distinção entre lembrança e retorno ao vivido. Os fatos e as experiências lembrados são instituídos como narrativa a partir do tempo presente. Conforme Verena Alberti, “[...] do mesmo modo que uma autobiografia, uma entrevista de História Oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”⁵⁹. A autora aponta as diversas dimensões dos resíduos de ação no ato da entrevista: ela é resultante de uma ação interativa e intersubjetiva entre *entre/vistador* e *entre/vistado* que interfere mutuamente sobre suas narratividades; ela é um momento de interpretação do passado e não um retorno a ele; ela deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico e, portanto, deve-se atentar para a dita “ilusão biográfica”⁶⁰, ou seja, “a ideia de uma identidade coerente, de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos (é comum representar-se a vida como estrada, caminho, carreira, corrida etc.)”⁶¹

Tomo a História Oral como via de acesso privilegiada à reconstrução subjetiva do passado, concebendo que a realização e a análise de *entre/vistas* requerem um cuidadoso preparo teórico que envolve discussão aprofundada da literatura disponível acerca da temática e o aprofundamento da construção contextual a partir do cruzamento com outras modalidades documentais.

Enquanto o tempo espaço da bonança é lembrado com vontade e fluidez, o tempo espaço da perda das terras é silenciado. Quando finda o tempo da *terra sem dono* e o Médio Mearim se converte em palco de luta, entre grileiros, latifundiários e posseiros, não encontro a mesma disponibilidade narrativa. Em Lago Verde e São Luiz Gonzaga, o medo de

⁵⁹ ALBERTI, op. cit., p. 169.

⁶⁰ Cf. BOURDIEU. Pierre A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. P. 167-182.

⁶¹ ALBERTI, op. cit., p.169.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

represálias impossibilita depoimentos de lavradores que perdem a posse de terras e herdams ameaças ou a sensação de ameaças eternas de morte. Por isso, para pensar as transformações da região em estudo nas décadas de 60 e 70 utilizo escritos e narrativas de religiosos e militantes que podem rememorar fatos esquecidos e silenciados por muitos camponeses. O truculento apagamento de memória não se circunscreve aos arquivos de papel, homens e mulheres militantes e não militantes do Médio Mearim também são calados pela violência do Estado e das classes dominantes.

A violência exercida por agentes do Estado ou particulares sobre trabalhadores rurais do Médio Mearim, a partir da década de 70, não se restringe ao corpo e aos bens materiais, ela é também simbólica e funciona como um dispositivo de poder, uma prática disciplinar. Conforme o sociólogo José Vicente dos Santos:

A violência é como um dispositivo de poder, na qual se exerce uma relação específica com o outro, mediante o uso da força e da coerção; isso significa estarmos diante de uma modalidade de prática disciplinar, um dispositivo, que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano⁶².

Agressões físicas, assassinatos, ameaças de morte, invasão de povoados, incêndios de casa e pertences, roubos de bens e dinheiro são ações que disciplinam corpos e memória de inúmeros camponeses. O silêncio é simultaneamente uma estratégia de sobrevivência e uma introjeção dos dispositivos e práticas disciplinares.

O período da ditadura militar no Brasil e o processo violento de grilagem no campo colocam a Igreja Católica como agência de denúncias e instrumento de organização política do campesinato brasileiro. A Teologia da Libertação fornece a base teórica e ideológica para membros do clero atuar na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na Animação Cristã em Meios Rurais (ACR).

As *narrativas militantes* também obliteram a classificação que utilizo. Nordestinos e maranhenses nelas figuram como um único personagem: o trabalhador rural expulso da terra pela violência estatal e de grileiros. A luta pela terra, portanto, dilui diferenças culturais entre sujeitos com experiências de trabalho e de vida distintos.

Considerações Finais

⁶² SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A violência como dispositivo de excesso de poder: sociedade e estado*. Brasília, v. 10, n.2, p. 288, jul./dez. 1995.

Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107. ISSN:1808-8031

No percurso por uma documentação variada e muitas vezes difusa, intento farejar rastros de uma experiência plural que transforma e é transformada pelo espaço estudado. Seguindo a proposta de leitura a contrapelo de Walter Benjamin, busco tecer um relato através de fios por vezes emaranhados, por vezes interceptados por lacunas. Mas, como aponta Ginzburg⁶³, “podemos fazer emergir vozes incontroladas, escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu”.

Além da contribuição para a história regional, com a sinalização de um intenso movimento migratório dentro do estado do Maranhão ao longo das décadas abordadas, viso esboçar um dos caminhos dentre tantos deslocamentos traçados por sertanejos nordestinos na história recente do Brasil. No Médio Mearim, maranhenses e nordestinos, pretos e brancos, instituem uma sociabilidade camponesa marcada por tensões e cooperações. Com a presença ou ausência de ações diretas ou indiretas do Estado brasileiro e local, numa vasta área recorrentemente representada como “vazia”, sujeitos plurais configuram um espaço acionando estratégias de sobrevivência que, se não se transmuta num suposto eldorado, permite-lhes “escapar”.

⁶³GUINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. p.11.